



Mônica Barcellos Café

127

Docente e psicóloga no Centro de Atendimento e Estudos em Psicodrama (CAEP), mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Goiás (UFG), psicóloga na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

Nilton Inacio do Nascimento

Psicólogo, psicodramatista didata, docente da Sociedade Goiana de Psicodrama (SOGEP).

O PSICODRAMA E O ATENDIMENTO AOS AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL

RESUMO

Este artigo trata de atendimentos psicoterapêuticos realizados com autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, condenados pela justiça brasileira pelo crime de estupro (abuso sexual). Esses atendimentos foram desenvolvidos no Projeto Invertendo a Rota, do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

PALAVRAS-CHAVE

Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, abuso sexual, psicodrama, metodologia de atendimento.

ABSTRACT

This article explores the psychotherapeutic work with sex offenders, convicted by the Brazilian justice system for rape (sexual abuse), committed against children and adolescents. These interventions were developed at the 'Reversing the Path Project', run by the Centre for Study, Research and Expansions of the Juvenile Village, at the Pontifical Catholic University of Goiás.

KEYWORDS

Sexual offenders of children and adolescents, sexual abuse, psychodrama, treatment methods.



INTRODUÇÃO

A violência sexual envolve diversos atores: familiares que não conseguem proteger seus filhos, os autores da violência sexual (AVS) e as próprias crianças e os adolescentes, vítimas da situação. Desde que este tema tem sido abordado pela sociedade brasileira, sobretudo após a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹, em 1990, os atendimentos se concentraram na vítima e nos familiares não agressores, mas hoje se afirma a importância do atendimento ao AVS para o rompimento do ciclo de reprodução da violência (SCHMICKLER, 2006).

Cabe ressaltar a pouca literatura nacional sobre o assunto. Em pesquisa realizada nos anos de 2006/2007, Esber (2007; 2009) constatou a incipiente produção científica brasileira sobre AVS em contraste com a produção internacional. Torna-se, portanto, essencial a publicação desta e de outras experiências, no intuito de contribuir com novos estudos e novas práticas, principalmente na abordagem psicodramática.

Os atendimentos foram realizados na Penitenciária Odenir Guimarães (POG), no município de Aparecida de Goiânia, em Goiás, e propuseram favorecer maior compreensão do fenômeno e do adensamento teórico, com foco na subjetividade do AVS, a fim de auxiliar na prevenção, contribuir para a descontinuidade do círculo do abuso sexual transgeracional (SCHMICKLER, 2006; FURNISS, 1993), impedir futuras reincidências e proteger crianças e adolescentes. Com essas intenções, este trabalho orientou-se pela metodologia de pesquisa qualitativa e teve como objetivo a construção de metodologia de atendimento psicoterapêutico a AVS contra crianças e adolescentes, na abordagem psicodramática.

Inicialmente foi necessário obter autorização dos agentes públicos para a realização dos atendimentos na agência prisional, o que foi feito por meio do setor de Psicologia. Como foi um projeto de continuidade da ação de atendimento ao AVS, a equipe da agência prisional já o conhecia² e permitiu a realização dos trabalhos.

A seleção dos sujeitos foi realizada com base no levantamento realizado em 2006 pela equipe da Universidade, atualizado nesta etapa e procurou englobar a maior variedade possível de sujeitos: AVS que haviam sido condenados por violência contra meninos, contra meninas; por apenas um caso e por vários casos; que haviam provocado a morte da vítima e que não a haviam provocado; AVS com e sem relação de parentesco com a vítima; que haviam chegado recentemente à prisão



e outros que ali estavam há um tempo mais longo; AVS que já haviam sido atendidos em outras etapas do projeto e outros que não tinham sido atendidos antes.

Com base nesses critérios, foram selecionados seis sujeitos, de acordo com a meta do projeto, entre 21 e 59 anos, com diferentes graus de relacionamento com as vítimas: pai, avô desconhecidos. Então, foi feito o convite para participação e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os atendimentos foram realizados na própria penitenciária, em salas de atendimento da equipe de Psicologia, uma vez por semana, com sessões de cinquenta minutos, durante oito meses, de maio a dezembro de 2008.

PSICODRAMA – A CONSTRUÇÃO DE NOVAS POSSIBILIDADES

O método psicoterapêutico utilizado neste trabalho foi o Psicodrama, atendimento individual, realizado por uma dupla de psicoterapeutas formada por um diretor e um ego-auxiliar, denominada Unidade Funcional (ROJAS-BERMUDEZ, 1997).

O psicodrama é definido por Jacob Levy Moreno (1889-1974) como o “método que penetra na verdade da alma através da ação” (1974, p. 106). A ação é a principal ferramenta da teoria psicodramática, ancorada nos conceitos de Espontaneidade-Criatividade, Teoria de Papéis, Tele, Filosofia do Momento (o “aqui e agora”), e pela visão de homem de Moreno, que o concebe “em sua dupla dimensão individual e relacional” (MARTIN, 1996, p. 11). Para Moreno, “o homem é um ser cósmico [...], responsável por todo o universo, por todas as formas do ser e por todos os valores” (1974, p. 21), não devendo sua responsabilidade ser limitada por concepções psicológicas, sociais ou biológicas da vida.

NOTAS:

1. Trata-se da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, criada para substituir o Código de Menores e para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes do Brasil, (Brasil, 1990). O grande avanço provocado pela instituição do ECA foi a nova concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos.
2. Este atendimento se iniciou no ano de 2004, com o Programa Repropondo: Atendimento Psicoterapêutico a Autores de Violência Sexual, desenvolvido pelo Projeto Invertendo a Rota: Ações de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil em Goiás, da Universidade Católica de Goiás, e teve a sua continuidade, no ano de 2006, patrocinado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República.



Nessa perspectiva, de uma concepção de homem espontâneo-criativo, responsável, que desempenha papéis, inserido em um mundo de relações interpessoais, que interage no “aqui e agora”, foi elaborada a estratégia deste trabalho, cuja principal tarefa era favorecer o Encontro (MORENO, 1992).

Encontraram-se os oito atores, psicoterapeutas e sujeitos, com todas as forças e todas as fraquezas, em um espaço (presídio) degradante para qualquer ser, onde outros atores (agentes penitenciários, policiais, funcionários, outros presos etc.) também conviviam com suas forças e suas fraquezas. Nesse local, o clima é tenso, as condições de vida são precárias, o convívio social e as normas de conduta obedecem a um código de ética híbrido, o do sistema carcerário instituído e o do crime.

Como lidar com tudo isso? Como lidar com os estereótipos de “monstro”, “tarado”, “pervertido”, que envolvem a pessoa do AVS? Como lidar com a desconfiança em relação aos psicoterapeutas³, dessas pessoas tão estigmatizadas pelos crimes que cometeram? Como lidar com as emoções suscitadas pela “verdade” da letra fria impressa nos processos criminais e a “verdade” da fala dos sujeitos (ESBER, 2009) que, na grande maioria desses atendimentos realizados, negaram o ato praticado?

Diante de muitos questionamentos e desafios, só restou uma saída: o ser humano. Sem esse foco, no ser humano, o trabalho psicoterapêutico com o AVS não pode ser realizado a contento.

ENTENDENDO MELHOR O AVS

Não se pode conceber todo AVS de uma mesma maneira. São diferentes fatores que levam um sujeito a praticar violência sexual contra crianças e adolescentes. Pode estar relacionado à pedofilia, que de acordo com o DSM-IV e a CID-10⁴, trata-se de um dos transtornos sexuais, as parafilias. O pedófilo tem preferência sexual por crianças e pré-púberes, que podem ser do sexo feminino, masculino ou de ambos os sexos. Ainda no campo das classificações psiquiátricas, encontram-se os indivíduos com transtorno de personalidade antissocial (os psicopatas), que não obedecem às regras sociais nem sentem culpa pelos atos praticados. Normalmente sujeitos com esse diagnóstico não aceitam participar dos atendimentos por causa da dificuldade que têm de formar vínculos, condição fundamental para a realização de qualquer psicoterapia.



No entanto, existem também outros fatores que podem levar um adulto a cometer violência sexual contra crianças e adolescentes. Pode se tratar de questão de poder, na qual o prazer sexual está intimamente ligado à dominação da outra pessoa. Pode, também, estar relacionado à imaturidade sexual do indivíduo, o que contribui para a sua preferência por crianças e adolescentes.

Assim, o caminho possível é conhecer cada indivíduo, com sua história particular. Aceitá-lo como ser humano em sofrimento que precisa de ajuda. Nesse sentido, é fundamental deixar de lado os rótulos colocados pela sociedade e transpor a barreira do senso comum e dos estigmas sociais.

PRIMEIRAS SESSÕES

Uma das primeiras preocupações do psicoterapeuta ao iniciar um processo psicoterapêutico é estabelecer uma relação interpessoal em que haja confiança e respeito. Esse é o princípio do vínculo a ser coconstruído ao longo do processo.

A proposta de trabalho, nas três primeiras sessões, foi utilizar técnicas e jogos psicodramáticos que auxiliassem na coconstrução do vínculo, na obtenção de dados do mundo dos sujeitos, do seu átomo social (MORENO, 1992), dados biográficos, assim como avaliar sua qualidade dramática e sua capacidade de ser espontâneo-criativo. Para isso, foram utilizadas as técnicas de autoapresentação, átomo social e entrevista de história de vida.

PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO

O psicodrama propicia ao AVS um tratamento psicoterápico no qual a ação dramática é a principal ferramenta de trabalho e oferece ao paciente a oportunidade de viver, no “como se”, os papéis sociais, psicodramáticos (MORENO, 2002), imaginários (NAFFAH NETO, 1997) e de fantasia (PERAZZO, 1994), que habitam seu universo psicossocial.

NOTAS:

3. Na POG, o principal papel dos psicólogos da instituição é o da elaboração do laudo psicológico que permitirá, ou não, aos reeducandos a progressão de pena, ou mesmo a conquista da liberdade. Como o papel dos psicoterapeutas deste projeto era diferente, foi necessário esclarecer essa questão, a fim de favorecer a formação do vínculo terapêutico.
4. Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais. Em inglês, Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-IV) e Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10).



Na prática, o que significa essa experiência na vida de um AVS “diagnosticado” como pedófilo, por exemplo? A experiência relatada neste trabalho permite dizer que significa o paciente tornar-se consciente do seu modo de existir e agir no mundo. Assumir suas responsabilidades diante dos atos praticados e ser capaz de sonhar, imaginar e fazer planos para viver uma vida mais saudável. Deixará de sentir desejo sexual? Provavelmente não, mas saberá reconhecer esse desejo e decidir qual direção dará a ele que não seja a violência sexual.

Um dos sujeitos Pedro⁵ relata: “Ele [o desejo] tem um ponto fraco. [...] Ah o ponto fraco é sentar perto de garoto, é um dos pontos fracos.” Mesmo afirmando que o seu ponto fraco é ficar perto de criança e adolescente, Pedro insistia no argumento de que conseguiria controlar o seu desejo sexual. Somente depois de experimentar as duas situações (ficar perto × ficar longe) no contexto psicodramático, tomou consciência de que a melhor estratégia era manter a distância. No “como se” Pedro pôde vivenciar seu conflito por meio do jogo de papéis⁶ e transcender o seu discurso racional, integrando-o a uma experiência vivencial. Não foi a racionalidade de Pedro que lhe mostrou a necessidade de ficar longe dos adolescentes para não sucumbir ao desejo, mas uma experiência concreta, uma vivência purificadora chamada catarse de integração. Referindo-se ao desempenho de papéis e à catarse de integração, Moreno (1974) assim se expressa:

Quando, finalmente, [o protagonista] encarna as pessoas de suas alucinações, perdem elas não só sua força e energia, mas ainda ele incorpora essa força em si mesmo. Seu próprio eu tem a oportunidade de se reencontrar e se reordenar; de reestruturar os elementos dispersos por forças malignas, de com eles formar um conjunto e, com isso, ganhar um sentimento de força e alívio, uma catarse de integração, de purificação pela “complementação”. (p. 113).

Em uma descrição teórico-didática da sessão transcrita, pode-se dizer que Pedro realizou uma catarse mental (seu discurso racional), passou por uma catarse de ação (quando desempenha os papéis) para, finalmente, realizar uma catarse de integração (tomada de consciência, integrando razão e emoção) e compreender que uma nova maneira de ser/agir é possível.



A NEGAÇÃO CONSCIENTE

Alguns AVS negam a autoria do crime. E, nesta pesquisa, a negação esteve presente na maioria dos sujeitos. Essa é uma situação difícil do processo psicoterápico. O recurso utilizado nesta questão foi, por meio da criação de personagens e de situações imaginadas pelos sujeitos, propiciar a estes que se permitissem vivenciar novos papéis, um estado novo de ser, em um universo sem julgamentos, feito de respeito, compreensão e acolhimento.

Segundo Calvente (2002), a origem do personagem é a subjetividade e está ligada à fantasia, à imaginação e ao ambiente.

Por meio do desempenho de papéis, protegidos por um personagem, alguns sujeitos foram capazes de revelar seus segredos, mesmo que, momentos depois, voltassem à defensiva. Isto lhes garantia a sobrevivência no sistema.

Outro sujeito, Cláudio, negava ter cometido o abuso sexual e se defendia por meio de um personagem: “todo mundo gosta de mim”. Esse personagem instalou-se em Cláudio suprimindo sua pessoa privada, comprometendo sua espontaneidade, principalmente quando se sentia ameaçado. Como estratégia psicoterapêutica, para distanciá-lo dessa conserva cultural defensiva, os terapeutas sugeriram a criação de um novo personagem, um “AVS desconhecido”, um pai qualquer, que havia abusado da própria filha.

Em uma cena em que personifica o personagem “AVS desconhecido”, Cláudio desempenha o papel de pai e, diante da filha (abusada por ele), revela seu segredo: “quero esquecer aquilo que aconteceu”. Contudo, logo em seguida, mesmo atuando em um papel de fantasia, volta a negar o abuso: “porque você sabe que seu pai nunca fez aquilo com você não”.

É importante ressaltar que mesmo nesse processo de negação, o sujeito é capaz de dar respostas novas a antigas conservas culturais. A exemplo de Pedro, que achava poder controlar seus desejos estando perto de adolescentes, Cláudio também acreditava que poderia voltar a morar sozinho com sua filha que não teria problema nenhum. Nas sessões finais

NOTAS:

5. Todos os nomes aqui utilizados são fictícios para preservar as identidades dos sujeitos.

6. Jogo de papéis é a dramatização propriamente dita, em que o protagonista (o sujeito) desempenha os papéis dos diversos personagens da sua trama. Na cena a que a transcrição acima se reporta, Pedro desempenhou os papéis do desejo, da tentação, do adolescente bonito, de Pedro perto do adolescente, de Pedro longe do adolescente etc.



do tratamento, seu entendimento era diferente: “para ela morar comigo agora, eu não quero”; e justifica: “é porque isso que aconteceu, eu fui preso por aquele negócio que aconteceu com ela”.

Isso leva a acreditar que o processo de negação do sujeito não impede o trabalho psicoterapêutico, não limita sua espontaneidade, sua capacidade de dar respostas novas e adequadas. Como se percebe, a experiência do uso de personagens na condução desta temática levou o sujeito a, mesmo negando o abuso sexual, mudar o seu comportamento.

O PEDIDO DE PERDÃO

É fundamental que o AVS assuma a responsabilidade total por suas ações sexuais no abuso (FURNISS, 1993). O pedido de perdão é uma das formas de assunção dessa responsabilidade.

Cláudio, na dramatização da cena citada anteriormente, como o personagem “AVS desconhecido”, assume o papel de sua filha e vive na própria carne o conflito desse papel. Ao mesmo tempo em que perdoa o pai pelo abuso: “eu quero só perdoar o senhor”, também se perdoa: “e perdoar a mim também”, por ter sido a culpada pela prisão do pai: “por minha culpa que o senhor foi preso”.

É muito significativo esse pedido de perdão. Vê-se nele a possibilidade de uma nova perspectiva de vida, uma vez que foi possível trazer à consciência sentimentos internalizados que não são do mundo da fantasia, são do mundo real do sujeito. Como diz Calvente (2002, p. 26) o personagem “contém aspectos inconscientes e conscientes [que] integram aspectos relacionais”. Portanto, o pedido de perdão à vítima sinaliza para a assunção da responsabilidade pelo ato praticado; sinaliza para uma nova maneira de compreender a criança/adolescente, respeitando-a como sujeito de direitos.

O AVS ASSUME O PAPEL DA VÍTIMA

Momento importante da psicoterapia é quando o AVS assume o papel da vítima e também o papel de vitimado na infância (se for o caso). Compreende que a criança é indefesa, percebe quanto ela é vulnerável e quanto o adulto tem poder sobre ela.

No caso de Pedro, sujeito que assumiu os abusos sexuais cometidos, viver o papel de vítima não foi tão difícil, principalmente porque já vinha de um processo psicoterapêutico de quatro anos⁷. Entretanto, foi importante para perceber que a responsabilidade do abuso sexual



é inteiramente do adulto. Nas primeiras sessões, Pedro acreditava que a vítima gostava dele e dividia com a vítima a responsabilidade da ocorrência do abuso sexual. É o que se pode observar na terceira sessão, em uma dramatização, Pedro fala para o adolescente abusado:

Mas eu reconheço o erro que fiz com você, você reconhece o erro também, né? E você já praticava isso aí também, desde seus 11 anos você já praticava esse negócio aí com o primo seu, você me falou, né? Então eu não batia em você, você me abraçava, falava que me amava.

Na sétima sessão, Pedro dramatiza uma cena em que ele, com treze anos de idade (a mesma idade das vítimas de quem abusava sexualmente), é abusado sexualmente por um homossexual mais velho, de 43 anos, dono de um bordel onde foi capinar a grama. Dramatiza toda a cena, desde o convite do adulto, o oferecimento de dinheiro, a vontade de dizer não, o sentimento de nojo junto com a excitação e o prazer quando o adulto pega em seu órgão sexual:

Tô me sentindo preso, eu fiquei me sentindo preso nas garras do predador... É uma garra em cima de mim, tá entendendo? Aí eu pensei: poxa, se eu falar não, aí eu vou chatear ele, será? E o dinheiro? Vai me tomar o dinheiro? Tô ficando com esse dinheiro aqui, tá entendendo? Se eu falar não, vai querer me mandar embora. O que eu faço? [...] Aí, quando ele começou a fazer, fazer sexo oral em mim, aí eu fiquei mais excitado, aí quando eu deixei acontecer, realizar o que ele queria.

Os sentimentos são contraditórios: não quer praticar o ato sexual com o adulto, mas ao mesmo tempo sente prazer e não consegue negar.

Na décima segunda sessão traz novamente a cena em que foi abusado. Com o apoio da psicoterapeuta/diretora, diz, na dramatização, para o dono do bordel:

Eu não queria que isso tivesse acontecido, né? Eu não queria que isso tivesse acontecido, eu não queria que você tivesse me feito isso, porque eu tava sentindo medo e nojo, tá entendendo? Então, eu não queria que isso tivesse acontecido. Eu deixei, mas eu não queria.

NOTA:

7. Pedro foi atendido desde a primeira etapa do programa Repropondo, desde o início do Projeto Invertendo a Rota.



Nesta sessão Pedro foi capaz de entender que o adolescente, mesmo quando não quer, pode não ser capaz de recusar. Assim, já assume a responsabilidade pelo ato cometido. Em uma dramatização, diz para o adolescente de quem abusou:

Eu tenho *pra* dizer pra você que eu fui errado, eu fui errado de ter praticado assédio sexual com você. Eu não fui errado de gostar de você, não fui errado de ser seu amigo, mais fui errado de ter praticado assédio sexual com você, podia ter impedido isso aí. Fui errado de ter tirado você da sua família [...].

Para essa conclusão de Pedro, foi fundamental a dramatização, pois, no “como se”, permitiu-lhe entrar em contato com toda a emoção dos abusos sexuais vivenciados, tanto no papel de vítima, quanto no papel de autor da violência. Enquanto ficava no discurso verbal, era capaz de controlar as falas e racionalizar as explicações para os atos cometidos. Na dramatização toda a carga emocional vem à tona e não é mais possível ficar tranquilo com as explicações dadas. Os fatos podem ser interpretados de diferentes formas, mas não os sentimentos. Estes não são programáveis. Conforme afirma Moreno (1974), a catarse de integração vivenciada permite ao sujeito se reordenar e dar respostas novas a situações antigas.

Em outro exemplo do AVS que, ao assumir o papel da vítima, mudou a compreensão sobre esta, Cláudio, no papel da filha vítima, afirmou: “Eu peço *pro* senhor não fazer isso de novo meu pai, que eu fiquei sentida nesse dia, eu quero pedir *pro* senhor não fazer isso nunca mais comigo”. O próprio sujeito, Cláudio, responde, agora no papel do pai, autor da violência sexual: “Isso não vai acontecer mais não, agora eu vou cumprir. Eu vou levar você lá *pra* casa da sua mãe, ficar lá com sua mãe, é melhor *pra* você e melhor *pra* mim, você concorda comigo?”

Para criar o personagem AVS, Cláudio utiliza sua imaginação e também aspectos inconscientes de sua experiência de vida (CALVENTE, 2002). Nesse sentido, pode-se afirmar que a dramatização mobiliza emoções profundas do sujeito e permite a mudança de comportamento. Também os sentimentos presentes na dramatização não são inventados, o sujeito trouxe para a cena o próprio papel de AVS (mesmo afirmando conscientemente que não havia praticado o abuso sexual com a filha).

A dramatização é uma oportunidade de compreender melhor o lado da vítima. Na maior parte das vezes, o AVS não percebe, de fato, a criança



como pessoa, como portadora de sentimentos. Para assumir no “como se” o papel da criança vítima do abuso sexual, o sujeito vai construir um personagem utilizando sua imaginação intimamente relacionada com sua vida, como afirma Calvente (2002). Ao inverter os papéis, o adulto assume o papel da criança e fala sob a perspectiva dela.

PREPARO PARA A SAÍDA DA AGÊNCIA PRISIONAL

Neste trabalho, uma das metas também era trabalhar o fim do processo psicoterapêutico. Na última sessão, solicitou-se aos sujeitos uma autoapresentação e também uma avaliação do trabalho realizado e foi feita a devolutiva para cada um deles. Essa dimensão esteve presente em vários momentos do processo psicoterapêutico, alertando para a necessidade de uma preparação dos sujeitos para esse momento. Um dos sujeitos revela que voltou a cometer abuso sexual quando saiu da prisão, por que não estava preparado para enfrentar o mundo.

Estes foram os últimos passos dados pelos sujeitos e pelos psicoterapeutas, nestes atendimentos a AVS. Não se pode adivinhar quais os próximos passos a serem dados por esses atores. Sabe-se, isso sim, que o encontro psicodramático aconteceu, e que foi profícuo em mudanças. Mudanças solidamente conquistadas em um complexo processo de conhecer e deixar-se ser conhecido, ancorado em recursos técnicos, metodológicos e éticos do método moreniano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que os objetivos foram alcançados. Por meio do psicodrama, foi possível construir uma metodologia de atendimento psicoterapêutico a AVS sentenciados, tendo como eixo central os princípios do Encontro, da Tele (imprescindível na formação dos vínculos), da Ação Dramática, do Desempenho de Papéis, da criação de personagens e da Espontaneidade-Criatividade. Por meio desses princípios, foi possível aos sujeitos enfrentar seus maiores medos, mitos e preconceitos.

A riqueza do método psicodramático no atendimento psicoterapêutico a AVS ficou demonstrada pelos resultados alcançados, fato comprovado nas vozes dos sujeitos que avaliaram o trabalho realizado. Afirmaram ter sido: “forte”, “mais rápido”, “importante”; “reeducar é isso aqui”, “aprendi muito”, “vocês chegaram ao problema” etc.





Este trabalho foi realizado com sujeitos que estavam em sofrimento decorrente da prática de violência sexual contra criança e adolescente. Mesmo que no início do processo não tivessem consciência do sofrimento da criança, eles se sentiam culpados pelo que fizeram. Nesse sentido foi possível a realização do trabalho. Com sujeitos que não sentem culpa e que não estão dispostos a pensar sobre o ato praticado, o trabalho psicoterapêutico pode estar bastante limitado. Este é um limite da psicoterapia. O sujeito deve querer fazer o processo psicoterapêutico, não é possível obrigá-lo a participar. Em alguns casos, pode-se sensibilizar o sujeito para a participação no processo, mas nunca obrigá-lo.

No palco psicodramático, por meio do desempenho de papéis (sociais, psicodramáticos, imaginários e de fantasia) foi possível aos sujeitos rir e chorar ao mesmo tempo; contestar e ser contestado; perdoar e, também, ser perdoado. Foi possível unir em um mesmo contexto, as vozes do processo e as vozes do sujeito, dando-lhes a dimensão humana que a dura realidade do sistema prisional não reconhece.

Apesar dos resultados alcançados, é importante ressaltar que esta é uma pequena contribuição para que novos estudos e novas pesquisas sejam desenvolvidos, ampliando as discussões e os questionamentos sobre o tema.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Goiânia: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1998.
- CALVENTE, C. F. **O personagem na psicoterapia: articulações psicodramáticas**. São Paulo: Ágora, 2002.
- ESBER, K. M. “Tinha pavor em pensar que alguém pudesse descobrir”: o sentido de infância e adolescência para autores de violência sexual. In: OLIVEIRA, Maria Luiza Moura; SOUSA, Sônia M. Gomes (Orgs.). (Re)**Descobrimo Faces da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: SEDH; Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.
- _____. **Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.
- FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- MARTIN, E. G. **Psicologia do Encontro**: J. L. Moreno. São Paulo: Ágora, 1996
- MORENO, J. L. **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- _____. **Psicoterapia de grupo e psicodrama**. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- _____. **Quem sobreviverá?** Fundamentos da sociometria, psicoterapia de grupo e sociodrama. Goiânia: Dimensão, v. 1, 1992.
- NAFFAH NETO, A. **Psicodrama**: descolonizando o imaginário. São Paulo: Plexus Editora, 1997.
- PERAZZO, S. **Ainda e sempre psicodrama**. São Paulo: Ágora, 1994.
- ROJAS-BERMUDEZ, J. **Teoría y técnica psicodramáticas**. Barcelona: Paidós, 1997.
- SCHMICKLER, C. M. **O protagonista da violência sexual**: sua lógica e estratégias. Chapecó: Argos, 2006.

Monica Barcellos Café

Av. Rui Barbosa, Quadra 148, Lote 13, Setor
Jaó
74674-070 – Goiânia, GO
Tel. (62) 8245-9292
monicacafe@gmail.com

Nilton Inacio do Nascimento

Rua A-22, Quadra 22-A, Lote 24 – Jardins
Atenas
74.885-580 – Goiânia, GO
Tel. (62) 9973-4070
niltonpaz@terra.com.br

Recebido: 14/08/2012
Aceito: 17/09/2012

